

**VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT) – Comunicação de Líder:**

Presidente Luciano Barros Zini, nosso companheiro, demais servidores, cumprimentando a Presidente Mônica Leal, cumprimento os demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste nas galerias e na TVCâmara. Como já havia sido usado o tempo de apartes pelo meu partido, o PDT, faço questão de proceder à leitura da Moção porque entendo oportuna e importante, e relevante o tema para que também os senhores tenham a compreensão daquilo que a

gente entende que está acontecendo a partir da proposta do governador Eduardo Leite (Lê.): “MOÇÃO DE APOIO aos funcionários públicos estaduais que serão afetados negativamente pelo projeto de autoria do Poder Executivo Estadual que propõe Reforma Estrutural e compreendem alterações no Plano de Carreira do Magistério Público, no Estatuto do Servidor e no Regime Próprio de Previdência Social do Estado (...) A categoria dos trabalhadores (as) em educação já amarga um intenso processo de empobrecimento. São cinco anos sem qualquer reposição salarial, acumulando perdas inflacionárias superiores a um 1/3 do poder aquisitivo desde novembro de 2014. A quarta maior economia do Brasil paga a quem é responsável por educar seus filhos, o segundo pior salário-base do país. A defasagem em relação ao piso nacional do magistério chega a escandalosos 102%. Além do congelamento, seus salários são quitados com atraso e/ou parcelamento há 47 meses. Distante deste cenário, e de um grave quadro de adoecimento e elevação do índice de suicídios entre educadores, o governo propõe uma série de medidas que, em última instância, vão aprofundar o arrocho salarial, congelar proventos por anos a fio, retirar direitos e confiscar o dinheiro dos aposentados que ganham menos taxando a Previdência; se aprovadas as alterações do Plano de Carreira do magistério, quem pagará o piso do Rio Grande do Sul será o próprio Professor. Teremos, em nosso Estado, um caso único em sua infâmia. Isso porque o governo pretende apenas reorganizar os gastos atuais com a folha sem conceder qualquer reajuste. As atuais vantagens serão integradas ao básico para mascarar o pagamento do piso e o valor excedente será transformado em 'parcela autônoma'. Eventuais ajustes futuros do básico serão descontados da parcela autônoma, condenando grandes seguimentos da categoria ao congelamento de seus contracheques até que toda a parcela seja integrada ao básico. Isso é um absurdo! Cabe uma parte para denunciar o

quão ultrajante é a disposição do Estado em cobrar alíquotas previdenciárias de aposentados que recebem pouco mais de um salário mínimo. É inaceitável que recaia nos ombros o governo pretende apenas e organizar os gastos atuais com a folha sem considerar qualquer reajuste as atuais vantagens serão Integradas ao básico para mascarar o pagamento do piso e o valor excedente transformado em parcela autônoma eventuais ajustes futuros do básico serão descontados da parcela autônoma condenando grandes segmentos de categorias servidores ao congelamento seus contracheques até aqui toda a parcela seja integrada ao básico Isso é um absurdo, cabe uma parte para denunciar o com outra a gente é a disposição do estado em que o líquido previdenciária de aposentados que recebem pouco mais de um salário mínimo é inaceitável que recaia nos ombros de que recebe os menores salários, as pensões, a conta da má gestão das desonerações fiscais milionárias, da sonegações de grandes empresas e dos privilégios dos altos salários. Tais projetos levarão, inevitavelmente, à queda de qualidade do ensino, da qualidade de vida prestado nas escolas da rede estadual dos nossos municípios. Também há de se considerar os efeitos de aprofundamento do arrocho salarial da economia local e na subsistência das famílias de professores funcionários de escolas que escolheram a nossa querida Porto Alegre para trabalhar, viver e sonhar, o Estado do Rio Grande do Sul. A estagnação de proventos já defasados, o achatamento do plano, o fim das vantagens temporais, a redução de gratificações, o que poderá fechamento de escolas em comunidades carentes, a de difícil acesso [por exemplo] e o término das incorporações farão da carreira dos educadores um deserto de recursos humanos". Ninguém mais vai se interessar em fazer concurso para professor. Eu poderia seguir lendo aqui a nossa moção apenas para elucidar, mas ali já se vão os meus cinco minutos, Zini, e eu quero pedir desculpas, porque você fez contato comigo, mas eu não estava aqui para fazer a assinatura, eu estava em Brasília, mas quero reafirmar nosso compromisso, e o faço desta tribuna, em tempo de liderança do nosso partido, o PDT, refirmando aqui, através do que está escrito na moção, aquilo que norteia os nossos princípios e o nosso entendimento a respeito da importância do servidor para a sociedade gaúcha, para o nosso Estado, especialmente na relevância e da observação do que diz respeito aos educadores na formação das nossas crianças e adolescentes.

Então são essas as nossas considerações; pela atenção, muito obrigado.

(Texto sem revisão final.)